mento da remuneração e das contribuições para a segurança social, caso aqueles não o possam fazer.

Artigo 8º

Esta directiva é aplicável aos trabalhadores sazonais na medida em que o permitam as características especiais desta forma de trabalho.

Artigo 9º

Esta directiva não afecta o direito de os Estados-membros aplicarem ou introduzirem disposições legislativas, regulamentares ou administrativas mais favoráveis aos trabalhadores.

Artigo 10º

Os Estados-membros adoptarão as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para darem cumprimento à presente directiva, o mais tardar até 31 de Dezembro de 1992.

Os Estados-membros informarão imediatamente a Comissão desse facto.

As disposições adoptadas, nos termos do primeiro parágrafo, referir-se-ão de forma explícita à presente directiva.

Artigo 11º

Os Estados-membros são os destinatários da presente directiva.

Proposta de directiva do Conselho relativa a certas relações de trabalho no que respeita às distorções de concorrência

COM(90) 228 final — SYN 280

(Apresentada pela Comissão em 29 de Junho de 1990)

(90/C 224/05)

O CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 100º A,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Em cooperação com o Parlamento Europeu,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social,

Considerando que importa adoptar as medidas destinadas a estabelecer progressivamente o mercado interno no decurso de um período que termina em 31 de Dezembro de 1992; que a realização do mercado interno exige, *inter alia*, a eliminação das distorções de concorrência, promovendo ao mesmo tempo a coesão económica e social da Comunidade;

Considerando que os fluxos relativos aos novos recrutamentos evidenciam um forte crescimento das relações de trabalho a tempo parcial e/ou temporário; que este fenómeno é positivo na medida em que responde às necessidades de flexibilidade da economia e, nomeadamente, das empresas num contexto de criação de empregos, o que constitui uma prioridade na realização do mercado interno, assim como às aspirações de um certo número

de trabalhadores; que não se pode, portanto, voltar a pôr em causa a necessidade destas formas especiais de trabalho;

Considerando que as disposições legislativas, regulamentares, administrativas e convencionais que regulam estas relações de trabalho variam muito entre os Estados-membros;

Considerando que uma situação deste tipo aumenta os riscos de distorções de concorrência resultantes de certas disparidades de tratamento entre as empresas dos Estados-membros;

Considerando que os riscos de distorção de concorrência são particularmente elevados nas zonas fronteiriças;

Considerando que a livre circulação de trabalhadores pode ser afectada por esse facto;

Considerando que os Estados-membros têm a faculdade de deixar, em primeiro lugar, aos parceiros sociais o cuidado de realizar os objectivos da presente directiva e que lhes cabe, neste caso, aplicar as disposições necessárias para garantir a sua aplicação geral;

Considerando que a determinação das remunerações é da responsabilidade dos Estados-membros e que convém respeitar a autonomia de negociação dos parceiros sociais;

Considerando que as disparidades de tratamento se referem essencialmente a domínios tais como os custos que derivam da protecção social, os custos indirectos para

prestações fornecidas aos trabalhadores, quer pecuniárias quer em espécie, os custos salariais indirectos ligados à duração do contrato e, nomeadamente, os dispositivos ligados à antiguidade, tais como o direito a férias anuais e como o direito aos subsídios de antiguidade e de despedimento;

Considerando por fim que, devido às divergências verificadas, é necessária uma aproximação das disposições nacionais nesta matéria a fim de eliminar as disparidades, fonte de distorção de concorrência;

Considerando, no entanto, que a aproximação das disposições nacionais não é adequada no caso das relações de trabalho cuja duração semanal é muito inferior à duração média de trabalho legal, convencional ou habitual;

Considerando que, no que diz respeito à renovação do contrato temporário para um determinado posto e à duração total dos contratos sucessivos, se verifica a existência de divergências nas legislações dos Estados-membros, que prevêem, conforme os casos, uma renovação do contrato até 12 meses, 24 meses, 36 meses ou ilimitada, ou que limitam a duração do contrato de trabalho interino em 3 meses, 24 meses renováveis ou ilimitada,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1º

1. A presente directiva tem por objecto as seguintes relações de trabalho:

- a) Relações de trabalho a tempo parcial, que impliquem um horário inferior ao horário legal, convencional ou habitual;
- a) Relações de trabalho temporário sob a forma de:
 - trabalho regulado por um contrato de duração determinada — incluindo o trabalho sazonal — celebrado directamente entre o empregador e o assalariado, sendo a extinção do contrato determinada por condições objectivas, tais como: uma data precisa, conclusão de uma determinada tarefa ou ocorrência de um acontecimento determinado,
 - trabalho interino que abrange qualquer relação entre a empresa de trabalho interino que é o empregador e o trabalhador, não tendo este último celebrado nenhum contrato com a empresa em que exerce a sua actividade.

2. A presente directiva aplica-se aos trabalhadores assalariados das empresas públicas e privadas.

3. As disposições da presente directiva não se aplicam aos trabalhadores assalariados cuja duração semanal de trabalho seja inferior, em média, a oito horas por semana.

Artigo 2º

Os Estados-membros tomarão as medidas necessárias, a fim de que os trabalhadores abrangidos pela presente directiva beneficiem, em relação aos trabalhadores a tempo inteiro e com contratos de duração indeterminada, de protecção social, ao abrigo dos regimes legais e profissionais de segurança social, que deve basear-se nos mesmos critérios, tendo em conta a duração do trabalho e/ou a remuneração.

Artigo 3º

Os Estados-membros tomarão as medidas necessárias, a fim de que os trabalhadores a tempo parcial beneficiem dos mesmos direitos a férias anuais, subsídios de despedimento e subsídios de antiguidade que os assalariados a tempo inteiro, na proporção da duração total da sua prestação.

Artigo 4º

Tratando-se de trabalho temporário, os Estados-membros tomarão as medidas necessárias:

- a) Para que as legislações nacionais prevejam um limite para a renovação das relações de trabalho temporário para um determinado posto, com uma duração igual ou inferior a 12 meses, de modo que o total dos períodos de emprego não exceda 36 meses;
- b) Para que seja prevista uma forma de subsídio equitativo, em caso de interrupção não justificada da relação de trabalho antes do prazo estipulado.

Artigo 5º

As decisões da presente directiva aplicam-se aos trabalhadores sazonais na medida em que as características específicas desta forma de trabalho o permitam.

Artigo 6º

Os Estados-membros devem adequar-se à presente directiva, o mais tardar até 31 de Dezembro de 1992, adoptando as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias ou certificando-se de que os parceiros sociais aplicam as disposições necessárias mediante acordo, sem isentar os Estados-membros da obrigação de alcançar os resultados que devem ser atingidos com a presente directiva. Os Estados-membros informarão imediatamente a Comissão de todas as medidas para esse efeito.

As disposições adoptadas por força do primeiro parágrafo referir-se-ão explicitamente à presente directiva.

Artigo 7º

Os Estados-membros são os destinatários da presente directiva.